

A convenção climática e o surgimento de commodities ambientais¹

Pedro Moura-Costa

EcoSecurities Ltd.

Delawarr House, 45 Raleigh Park Road, Oxford OX2 9AZ, Inglaterra

Tel: (44) 1865 202635, Fax: (44) 1865 251438, E-mail: forestry@ecosecurities.com

Enquanto representantes de mais de 160 países se reúnem para a Convenção sobre Mudanças Climáticas em Kyoto, um curioso fenômeno pode ser observado na imprensa internacional: a discussão sobre mudanças climáticas passa das páginas sobre “meio ambiente” para as das “finanças e negócios”. Publicações como o Financial Times, Wall Street Journal, The Economist, e Business Week veiculam frequentemente notícias ligadas a estratégias dos setores empresarial, industrial e financeiro internacionais com relação a prováveis mudanças na política ambiental internacional.

Exemplos incluem a elaboração pela Shell de um novo setor de energias renováveis, com investimento inicial de 500 milhões de dólares, assim como o comprometimento da British Petroleum em reduzir suas emissões de dióxido de carbono (CO₂) através de várias atividades inclusive expansão de seu portfolio de 1 bilhão de dólares investidos em energia solar. Ao mesmo tempo vemos o lançamento pela Toyota e Mercedes Benz de novas linhas de carros utilizando tecnologias revolucionárias como as células de hidrogênio, limpas de emissões de CO₂. No setor de produção de energia, percebe-se a crescente preferência por investimentos em gás natural ao invés de óleos combustíveis ou carvão mineral.

Tais decisões estão ligadas ao problema de emissões de CO₂ e o discutido efeito estufa causado pela acumulação destes gases na atmosfera. As crescentes concentrações de CO₂ estão cada vez mais sendo correlacionadas com as mudanças climáticas em nível global, cujas dimensões e custos, embora imprevisíveis, serão certamente significantes. O reconhecimento deste problema levou mais de 150 países a assinarem a Convenção sobre Mudanças Climáticas da Nações Unidas durante a Conferência Rio-92. Tal convenção, numa fase inicial, requer que países industrializados reduzam até o ano 2000 suas emissões de CO₂ aos níveis de 1990. As conseqüências deste comprometimento para o setor industrial destes países são significantes, particularmente para todos os processos industriais baseados direta ou indiretamente em combustíveis fósseis. Uma vez que o setor energético de muitos países é baseado em termo-geração a partir de óleos combustíveis e carvão mineral, isso afeta diretamente seus custos industriais.

¹ Gazeta Mercantil, Dezembro 1997

Diante desta perspectiva, observa-se uma divisão de estratégias para enfrentar este novo desafio dentro do setor industrializado dos países desenvolvidos. Uma facção adotou a atitude de negar o problema, e tem divulgado sua descrença nos argumentos sobre mudanças climáticas através de uma das maiores campanhas publicitárias veiculada nos Estados Unidos até hoje. Outra facção, composta de empresas mais inovadoras e pioneiras, optaram por uma reformulação de suas atividades em preparação para um novo paradigma que busca alternativas e soluções para o problema energético global.

O rol de possibilidades para tais empresas é amplo. Soluções incluem substituição de combustíveis fósseis por combustíveis renováveis, utilização de combustíveis menos poluentes (assim como a gás natural), utilização de fontes alternativas de energias (solar, eólica, hidroelétrica) ou investimentos em atividades que absorvam CO₂ da atmosfera (principalmente o reflorestamento).

As opções no setor de reflorestamento buscam reduzir as emissões totais de uma entidade emissora (país, região ou companhia) através de compensações em atividades florestais que absorvam CO₂ atmosférico durante o crescimento vegetal. Uma vez que o CO₂ é um gás de circulação global, ou seja, que se difunde pela atmosfera, pode-se conceber que o plantio de árvores irá absorver tal gás e promover diminuições das concentrações atmosféricas globais de CO₂ independentemente da localização de sua fonte de emissão. Assim, reflorestamentos de compensação poderão ser feitos tanto no mesmo país onde ocorrem as emissões ou em qualquer outro país onde as condições de crescimento sejam mais favoráveis. Devido à grande disponibilidade de terras, menores custos de mão de obra, e melhores condições climáticas para o crescimento florestal, torna-se óbvio que países tropicais tenham vantagem comparativa sobre países industrializados do hemisfério norte para implementação destes plantios de compensação.

Vemos assim a criação de um novo serviço ambiental que poderá ser fornecido ao mercado por empresas de países com aptidão florestal para setores industriais de outros países. Isto é denominado, no jargão das negociações internacionais sobre mudanças climáticas, de *Atividades de Implementação Conjunta* ou “Joint Implementation Activities”. Para viabilizar investimentos nestas atividades a Implementação Conjunta está se estruturando num mecanismo financeiro baseado na emissão de títulos transacionáveis de fixação de carbono. Tais títulos têm

semelhança aos do mercado de commodities, e facilitam as transações comerciais entre as partes interessadas (empresas, países, bolsas de valores, etc.).

Pioneiro neste setor é o governo da Costa Rica, que lançará “Certified Tradable Offsets” (CTOs – Certificados Transacionáveis de Absorção de Carbono) no Chicago Board of Trade até o final do ano. Estes CTOs são títulos emitidos a partir do sequestro de carbono originado de um programa nacional de conservação de parques nacionais. Os montantes de carbono derivados deste projeto foram calculados e verificados pela certificadora internacional SGS Forestry e pela EcoSecurities, companhia inglesa especializada em desenvolvimento de serviços financeiros com base ambiental. A estruturação financeira e comercialização destes CTOs será feita pelo Centre Financial Products, companhia sediada no Chicago Board of Trade (CBOT), especializada em desenvolvimento de vários produtos financeiros inovadores como o “Interest Rate Swaps”. Cada CTO equivale a uma tonelada de carbono, e a Costa Rica pretende vendê-los a um preço mínimo de 10 dólares. Uma venda de 200,000 toneladas já foi concretizada com o governo da Noruega, e mais transações já foram negociadas.

Antecipando um crescimento na demanda por tais títulos de absorção de carbono, várias iniciativas estão sendo implementadas para direcionamento destes investimentos. Dentre elas, podemos mencionar o Fundo de Carbono do Banco Mundial, da ordem de 100 milhões de dólares, a ser lançado no início de 1998. Outra iniciativa importante foi a criação do Fórum Internacional para Trading de Emissões de CO₂, coordenado pela UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development), o Earth Council (organização dirigida por Maurice Strong, o presidente da Conferência Rio-92), e o Centre of Financial Products. O Objetivo do Fórum é de criar a estrutura necessária para propiciar a comercialização internacional de créditos de emissão de carbono, a partir do ano 2000. De acordo com estimativas da UNCTAD, a demanda por tais créditos chegará a cerca de 20 bilhões de dólares anuais quando os mecanismos para este comércio estiverem devidamente definidos e aceitos pela comunidade internacional.

Neste cenário é necessário mencionar que empresas brasileiras ainda não podem participar deste mercado. O Brasil é um dos países que não endossa o mecanismo de Implementação Conjunta, alegando tais ações como manobras de protecionismo comercial dos países industrializados (ver Folha de São Paulo, 23 Setembro 1997). Enquanto que, como em qualquer atividade comercial há a possibilidade de abuso do poder de barganha e distorções de mercado, tais desmandos podem ser minimizados através de políticas coerentes e mecanismos de regulamentação e

controle bem definidos. O programa da Costa Rica nos fornece um bom exemplo de como estruturar tais mecanismos de modo favorável para atender a prioridades comerciais e ambientais nacionais. Deste modo, fica a questão: é melhor recusar participação num mercado novo e ainda desregulado, a pretexto de proteção de prioridades nacionais, ou entrar e tomar parte do processo de estruturação de um mercado emergente de enorme potencial?

Dr. Pedro Moura Costa é diretor da EcoSecurities, companhia especializada em desenvolvimento de commodities ambientais com escritórios na Inglaterra e Estados Unidos, envolvida no programa nacional da Costa Rica, Austrália, e membro do Emissions Trading Forum da UNCTAD.